

Código do Registo Predial

Pelo Dr. A. MENDES DE ALMEIDA
— 370 páginas,
Atlântida-Coimbra, 1946

A verdadeira avalanche de legislação sobre a matéria contida no Código de Registo Predial, e as divergências da jurisprudência e da doutrina sobre a mesma matéria, fazem aqueles que, por dever de ofício, lidam com este ramo de direito, acolher esta obra não apenas com satisfação, mas com reconhecimento, e isto quer pelo trabalho que ela representa, quer, principalmente, pelo trabalho que ela poupa.

Anotando artigo por artigo com o maior cuidado e clareza, este livro torna-se um auxiliar precioso, e dificilmente dispensável, para quem tiver de estudar qualquer problema do registo predial.

Como convém a um livro que é sobretudo de consulta, dispõe ele não só de um índice remissivo e sistemático, mas ainda de notas marginais, destinadas a facilitar a sua leitura.

A. P. C.

Dos Fideicomissos

Pelo Dr. FERNANDO AGUIAR BRANCO
— 1 vol., 148 páginas,
Livreria F. Machado, Porto, 1948

O autor escolheu para a sua dissertação de licenciatura, em ciências histórico-jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, um assunto algo complicado teoricamente e que, referindo-se a problemas de certa frequência prática, tem manifesto interesse e grande utilidade.

O livro divide-se em 4 capítulos, analisando-se no primeiro, a noção de substituição fideicomissária; as entidades da substituição fideicomissária e condições de validade quanto às pessoas, e as condições de validade da substituição fideicomissária quanto aos bens.

No segundo capítulo, trata-se dos elementos integradores da substituição fideicomissária; no terceiro, da situação jurídica do fiduciário e do fideicomissário; e no quarto da distinção entre a disposição de usufruto testamentário vitalício a um indivíduo e da nua propriedade a outro e a substituição fideicomissária.

Estes pontos não são estudados em abstracto, mas sim em confronto e por aplicação das disposições do Código Civil, sendo a exposição ilustrada com muitas e criteriosas citações de autores portugueses e de alguns estrangeiros.

Trata-se de um trabalho cuidado e valioso, e é de esperar e desejar que o Sr. Dr. Aguiar Branco continui a animar a reduzida falange dos nossos autores jurídicos, com o equilíbrio, competência e amor ao estudo, que nesta obra revelou.

A. P. C.